

LEITURA E ATIVIDADES CULTURAIS NA BIBLIOTECA PÚBLICA; Aspectos teóricos *

RODOLFO TSUPAL

Curso de Biblioteconomia

UNESP

Campus de Marília

17500 Marília, SP

Reflexão a respeito do fenômeno de ler, da leitura de fruição e das atividades culturais promovidas pela biblioteca pública, dentro da realidade brasileira, baseada na confluência de idéias e pronunciamentos que constam nas fontes bibliográficas, como na observação informal. Envolve questionamento sobre a instrumentalidade, potencialidade e possibilidades da biblioteca pública, como uma instituição, e da posição do bibliotecário na sociedade, como intermediário de bens culturais. Objetiva contribuir para o estudo de mentalidade sobre a leitura e biblioteca e discutir o valor de leitura, da liberdade e da expressão pessoal do usuário da biblioteca, dentro da crise de valores da sociedade contemporânea. Aponta os obstáculos – oriundos da mentalidade da sociedade contemporânea – que estorvam a realização dos objetivos da biblioteca pública.

“Olho os livros – e de súbito os livros multiplicam-se-me desde o chão até o tecto(...)

São milênios de balbúrdia, tagarelice infundável, filósofos, investigadores, poetas, doutores da Igreja, moralistas, juristas, políticos, algaraviada infernal, interminável algazarra através das eras.

(...) Mas sob todo este línguajar – que palavra essencial?

A que saldasse uma angústia. A que respondesse à procura de uma vida inteira. A que fica depois, a que está antes de todas quantas se disseram.” **

(Vergílio Ferreira)

* Relatório de Pesquisa apresentado à UNESP.

** *Para sempre*. 2 ed. Lisboa, Bertrand, 1984. p. 24-5.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui numa reflexão sobre o fenômeno de ler, com ênfase à leitura literária, relacionada com a instrumentalidade das bibliotecas e nas atividades culturais que promovam no contexto da realidade brasileira.

As perguntas iniciais se predem ao questionamento do sentido de literatura para o leitor comum, isto é, não para professores, críticos ou intelectuais em geral, mas para a pessoa, na sua essência de ser humano. Qual repercussão, no leitor, das inúmeras e variadas tendências fixadas na literatura que oscilam desde a afirmação da vida até a negação da mesma? O que significam os esforços dos bibliotecários em atrair os leitores para os espaços de suas bibliotecas ou centros de cultura (não importando qual nome se dê à biblioteca)? Quais limites da competência da ação cultural ou atividades culturais promovidas pelas bibliotecas?

A problemática subjacente ao assunto escolhido aponta à situação existencial do indivíduo inserido numa determinada sociedade, e seu questionamento sobre valores culturais. Aponta, também, à posição do bibliotecário na sociedade, exercendo o papel de intermediário entre os acervos bibliográficos e bens culturais e o leitor, usuário da biblioteca.

Esta reflexão tem por objetivo precípuo dar contribuição para o estudo de mentalidades cuja influência se faz sentir na vida das bibliotecas. Objetiva, também, discutir a compreensão qualitativa da leitura, da literatura e das manifestações culturais que o bibliotecário necessita ter a fim de cumprir a sua missão de agente cultural na sociedade.

A abordagem deste assunto é feita pela ótica biblioteconômica, utilizando a confluência de idéias e afirmações constantes nas fontes bibliográficas e a observação. Uma análise de literatura de alguns pontos relevantes a este trabalho, realizada noutra data, está incluída no adendo.

O desenvolvimento deste trabalho comporta as seguintes divisões:

Na segunda seção, examinam-se as colocações teóricas e valorativas do ato de ler, relacionando-se com a problemática de valores da sociedade contemporânea e situando a biblioteca pública perante a modalidade da leitura de fruição.

Na terceira seção analisa-se o ideário registrado no **Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública**, questionando a instrumentalidade e a potencialidade da biblioteca e os obstáculos traduzidos em atitudes mentais.

A quarta seção é destinada a discorrer sobre o usuário leitor, enfatizando a sua liberdade individual, sua livre escolha *versus* a postura do bibliotecário.

As atividades culturais da biblioteca pública são discutidas na quinta seção, juntamente com a posição do bibliotecário frente à cultura e a sua problemática. A ênfase é dada à ação cultural pertinente aos objetivos e competência da biblioteca pública em realizá-la.

2. O ATO DE LER

2.1. Colocações valorativas sobre leitura.

Na abordagem ao ato de ler concorrem várias disciplinas, como Pedagogia, Sociologia, Psicologia e outras, que interpretam várias facetas da realidade em questão, contribuição para uma compreensão do fenômeno, setorialmente. A estas disciplinas há de se acrescentar a visão filosófica, a fim de que a realidade seja captada no seu ser, e não somente nas múltiplas manifestações.

A expressão axiomática de que a "leitura do mundo precede a leitura da palavra"(14:11) permite inúmeras aplicações, desde o trabalho de alfabetização até vários níveis de leitura.

Ler significada também ver, analisar e tentar compreender tanto o mundo exterior como interior do leitor. Objetivamente fazemos os nossos juízos, as nossas observações, processando a informação recebida e, subjetivamente, podemos ler os nossos pensamentos, nossas lembranças, a nossa memória. Vê-se que podem existir as mais variadas leituras, de acordo com a diferenciação dos leitores e dos textos (obras abertas). A ênfase de que ler o mundo precede a leitura da palavra, como foi frisado, é atual e necessária. Esta idéia é repetida e elaborada durante os séculos. Por exemplo, Comenius (6:5) recomendava a leitura dos três livros, para fins de aprender a realidade das coisas, a saber: o livro da natureza, o livro da mente humana e o livro da lei de Deus.

A colocação de Silva elucida os três propósitos fundamentais da leitura que, em muito, ultrapassaram quaisquer aspectos utilitaristas ou meramente livrescos da comunicação entre leitor-texto: "Compreender a mensagem, compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem." 21:45) O referido autor, noutra trecho, oferece uma conceituação das funções da leitura, em termos de realidade educacional brasileira, nestes dizeres: "Leitura é uma atividade essencial a qualquer área do conhecimento e mais essencial ainda à própria vida do humano. O patrimônio simbólico do homem contém uma herança cultural registrada pela escrita. Estar com e no mundo pressupõe, então, atos de criação e re-criação direcionados a essa herança." (21:42)

As referências no tocante à leitura, assim como à própria palavra, poderiam estender-se interminavelmente, hauridos das fontes e épocas mais diversas. O que se quer destacar, entretanto, é a leitura como um valor na vida de um indivíduo. O valor teoricamente aceito mas, ao mesmo tempo, contrariado pelas manifestações

praticadas que ocorrem na nossa sociedade. Vê-se uma justaposição entre **valor** e **mentalidade**, item a ser discutido no contexto da crise dos valores na sociedade contemporânea.

2.2 Relação entre o leitor e texto

O ato de ler implica, naturalmente, uma relação entre o leitor e o texto, o que pode ser denominado de uma relação dialogal ou um **encontro**.

Quanto ao texto literário, que depende da recepção estética do leitor, Escarpit discorre do seguinte modo: "o público-interlocutor pode reduzir-se a uma única pessoa, a um só indivíduo. Quantas obras universais não foram na origem mensagens pessoais (...). O que seria preciso explicar é como a mensagem, ao mudar do destinatário, e por vezes o sentido, conservou o seu valor. Nesse valor perene reside toda a diferença entre uma obra literária e um documento qualquer. Não esqueçamos que o nosso critério de literário e não literário é a aptidão para a gratuidade. Ora, o criador enceta (imaginário ou real) com seu público-interlocutor(...) um diálogo que nunca é gratuito, e pretende comover, informar, consolar, liberar ou desesperar, mas um diálogo com uma intenção. Uma obra é funcional quando existe coincidência entre o público-interlocutor e o público a que a obra é dirigida pela publicação. Pelo contrário, uma obra literária introduz o leitor anônimo como um estranho no diálogo." (7:166)

A diferenciação entre a leitura de um texto funcional e um texto literário é fundamental para fins de atribuição de valores, não só às obras, mas também à leitura, valores estes incorporados na vida de uma pessoa. Mais uma vez, a noção de valor encontra a resposta na sociedade: hoje em dia, como ocorre no Brasil, a leitura funcional é valorizada. Este fato é compreendido ao descompasso que a informação científico-tecnológica sofreu, historicamente. Mas a leitura literária continua a ser encarada com desconfiança.

2.3. Leitura de fruição

Neste trabalho a ênfase é dada à leitura literária, dentro de um vasto leque de outros tipos de leitura que a biblioteca pública proporciona.

A leitura literária, aqui, significa uma leitura de fruição, de prazer estético, intelectual e espiritual. Uma leitura que surge pela livre escolha do leitor, **elegendo** o seu autor e o gênero de acordo com o momento do seu estágio existencial. Uma leitura, portanto, de ficção e de recriação. Nesta concepção de recriação, pela arte, da realidade, um romance, um poema, uma frase pode trazer para o leitor uma espécie diferente da compreensão da realidade. No dizer do romancista português Vergílio Ferreira, a arte é uma espécie de **aparição**, de **revelação**. "A arte foi sempre a percepção subtil do fundamental, do que fala a voz das profundezas, da verdade essencial." (9:5)

O encontro do leitor com a obra literária pode resultar em profundas experiências na vida. Por isto, a leitura de fruição dificilmente pode ser avaliada só por meio de objetivos, pois os valores e o sentido de vida são implicados.

Por vezes, a pergunta **por que leio?** se mescla com a outra, **por que vivo?** Ler poderá significar também um ato da vontade, assim como o de viver. A aparente inutilidade da leitura de natureza artística sugere a sua própria transcendência. A leitura de fruição; que não visa tanto a informação fatural, resulta em formação do indivíduo.

Não parecerá esta modalidade de leitura à mentalidade corrente da sociedade como um diletantismo de pessoas abastadas ou uma fuga da realidade das pessoas marginalizadas nessa sociedade competitiva? A leitura literária, a leitura de fruição, não significa, necessariamente, uma atitude romântica, no seu sentido depreciativo. Clarice Lispector, disse, alhures, que procurava quase tragicamente o ser e não os fatos. Nessa atitude que marcou a sua literatura e na qual o leitor participa e continua essa busca nada há de se depreciar. A questão deve ser colocada na qualidade dos textos literários.

3. BIBLIOTECA PÚBLICA

3.1. Significado da biblioteca pública

Antes de analisarmos a instrumentalidade e potencialidade da biblioteca pública, entremearmos algumas conceituações sobre bibliotecas, em geral:

Conforme abordagem sistêmica, as bibliotecas são sistemas que adquirem, organizam e armazenam o conhecimento registrado com o objetivo de comunicação daquele conhecimento aos usuários.

Do ponto de vista operacional, as "bibliotecas representam qualquer coleção organizada de livros impressos e periódicos ou quaisquer outros materiais de livros impressos e audiovisuais, como também o serviço do pessoal para providenciar e facilitar o uso de tais materiais para responder às necessidades informacionais, de pesquisa, educacionais ou recreacionais dos seus usuários." (23)

As bibliotecas, como instituição, representam repositórios da memória humana registrada e fonte de transferência da informação e conhecimento. De acordo com as vinculações hierárquicas ou institucionais, temos vários tipos de bibliotecas, como as bibliotecas nacionais, estaduais, municipais, particulares. Cada tipo de biblioteca se distingue pelos seus objetivos, funções, acervos e serviços. Assim temos bibliotecas públicas, populares, escolares, universitárias, especializadas, e todos os outros tipos resultantes da extensão ou especialização das mesmas.

3.2. A potencialidade e instrumentalidade da biblioteca pública.

A potencialidade da biblioteca é analisada por Thomson, em **Library power; a new philosophy of librarianship** (22), onde formula pressupostos teóricos, partindo do simples fato de as bibliotecas serem, historicamente, repositórios do conhecimento dos registros das realizações e descobertas da humanidade, conservando e transmitindo a cultura, e, assim, constituindo-se em uma fonte de poder.

Outro posicionamento, em termos de ideário, é expresso no **Manifesto da Unesco sobre Biblioteca Pública**, donde a seguir se cita um ponto básico:

"Biblioteca Pública é uma demonstração prática da fé da democracia na educação universal, considerada como um processo contínuo ao longo de toda a vida e no reconhecimento de que a natureza do homem se realiza no saber e na cultura. A Biblioteca Pública é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros dos conhecimentos e das idéias do homem e às expressões de sua imaginação criadora." (8:1)

O supra-referido Manifesto destaca os princípios sobre: a base legal do estabelecimento da biblioteca pública, cooperação organizada; versatilidade das suas coleções para atender todos os níveis da instrução e cultura do indivíduo, incluindo também todos os idiomas falados na comunidade; o indispensável acesso às estantes, e bibliotecas sucursais, ambulantes, rurais, especiais para leitores excepcionais ou deficientes, assim como adverte que a biblioteca pública deve preservar a sua identidade própria, para poder desincumbir-se de sua missão.

Em termos de valores expressos nessa **carta magna** de biblioteca, essa instituição, proporcionando o livre acesso aos bens culturais da humanidade a todas as pessoas, sem distinção, colaboraria na realização do homem, no acreditar que a natureza da pessoa humana se realiza no saber e na cultura. Convém lembrar, entretanto, que este valor – o de realização humana – não pode ser circunscrito somente nos níveis intelectuais e estéticos.

O desafio das possibilidades intrínsecas da biblioteca pública encontra a resposta no idealismo dos bibliotecários brasileiros, e também no macro planejamento bibliotecário em termos de sistemas nacionais, regionais e estaduais (veja-se, por ex., o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas ou os Sistemas de Bibliotecas Públicas em Estados da União).

Este idealismo, entretanto, não é compartilhado significativamente pela população e não completamente entendido pelos poderes públicos.

A biblioteca pública continua a ser criticada por alguns intelectuais que tomam por referência a imagem distorcida da biblioteca da nossa realidade, como, por exemplo, a denúncia de Melo dizendo que "culturalmente, a biblioteca é uma instituição em decadência, resquício de um passado aristocrático e discriminatório." (16:28)

Alguns homens de letras, desde Mário de Andrade, entretanto, sustentam um critério valorativo da biblioteca. Outro exemplo temos em Carlos Drummond de Andrade, que, no seu artigo **Uma visão nova das bibliotecas municipais**, saúda o aparecimento dos Centros de Informação e Convivência, crendo que dariam uma nova fisionomia cultural às bibliotecas e às comunidades, dizendo: "Temos assim – e não é

sonho – acionado um agente de restauração da vida municipal em aspectos criativos, depois de longos anos em que a alma das cidades foi fenecendo pela implantação de hábitos e práticas imediatistas, desligados da verdadeira fisionomia cultural. O interior brasileiro, seguindo a falsa lição de nossas metrópoles, esqueceu suas raízes e adaptou-se ao consumo de valores transitórios, que não deixam marca na formação das novas gerações.” (1:8)

A fim de a biblioteca pública poder revelar a sua potencialidade, terá que vencer primeiramente as suas próprias contradições internas, e depois o condicionamento da mentalidade da sociedade, que barra a sua ação.

3.3. A problemática da biblioteca pública no Brasil.

A problemática de a biblioteca ser inserida no âmbito da sociedade, sendo influenciada e influenciando-a também, deve ser ressaltada neste contexto.

Os obstáculos que se contopõem à realização da vocação da biblioteca pública são facilmente identificados por serem insistentemente repetidos. Assim, a lista começa por escassez de recursos da parte do governo, mutabilidade administrativa e conseqüentes mudanças na política e programa culturais, interferência dos interesses políticos, níveis salariais dos bibliotecários, insuficiente preparo, reciclagem e aperfeiçoamento do pessoal auxiliar das bibliotecas, condições sócio-culturais dos usuários reais e potenciais.

É um fato constatado que a biblioteca pública, no Brasil, está substituindo a biblioteca escolar, da rede oficial, reduzindo, assim, as possibilidades de expandir os serviços pertinentes, circunstância que, entretanto, a biblioteca pública deve enfrentar e criar mecanismos, assim como já está acontecendo, através da cooperação entre esses dois tipos de bibliotecas.

Os obstáculos supra-esboçados poder-se-iam traduzir em questão de mentalidade existente. Mentalidade dos dirigentes das instituições às quais as bibliotecas são subordinadas, que se atêm às idéias pessoais sobre a biblioteca. Mentalidade generalizada de que a cultura é algo acessório e elitista, prestigiando-se mais a indústria do divertimento. O discurso oficial político, sobre a importância das bibliotecas, encontra pouca receptividade no povo.

O livro, na mentalidade do povo, ainda não significa um “instrumento civilizatório” (15). Ainda predomina a idéia de algo caro, descartável, obrigatório, ou de um meio de alcançar algumas vantagens. Também pode significar algo substituível por meios mais cômodos, utilizando a tecnologia moderna de comunicação.

A resistência ao livro pode ser detectada, salvo exceções, entre os escolares, principalmente por duas razões:

- a) por um mal-entendido, o que significa a pesquisa escolar;

- b) por uma privação da atividade individual da leitura de livros extracurriculares. Esta relutância se faz sentir até entre os universitários, por causa da experiência escolar da "leitura de cabresto", no dizer de Miranda (17:51), a qual se contrapõe à leitura contínua, reflexiva, analítica e conclusiva.

A quase inexistência de bibliotecas pessoais, necessariamente entre as pessoas que não utilizam o livro para fins profissionais, representa também uma barreira para a valorização do livro e da biblioteca pública.

A mentalidade do próprio bibliotecário também se constitui em um estorvo, quando este se acomoda às exigências administrativas, classificando livro como bem permanente, deixando o usuário sem livre acesso às estantes, ou quando assume uma atitude de funcionário público.

Se aceitamos a suposição de que, em virtude da mentalidade existente, a biblioteca pública não está plenamente realizando a sua missão, então os problemas da biblioteca deveriam ser estudados a partir deste dado. E, se os intelectuais brasileiros são mentores do povo, então dependeria, em grande parte, das idéias que eles propagam, qualquer mudança no quadro presente.

4. USUÁRIO-LEITOR & BIBLIOTECÁRIO

4.1. Usuário considerado como ser humano

Assim como a biblioteca pública foi colocada, na seção anterior, em termos de potencialidade, o leitor-usuário será, neste espaço, discutido como uma possibilidade. O usuário da biblioteca será tratado no sentido de ser humano, e não na sua condição concreta de existência, dentro das diversas realidades brasileiras. Não será, portanto, classificado ou tipificado em todas as suas possíveis facetas.

O leitor, real ou potencial, usuário de biblioteca/serviço ou sistema de informação, tornou-se um objeto de pesquisas, nas modalidades de estudo de casos, pesquisas experimentais e até parciais ou exaustivos levantamentos estatísticos, pesquisas estas indispensáveis tanto para o planejamento bibliotecário como para a prática bibliotecária.

Entretanto, convém atentar a um fator que possa escapar na descrição do perfil e comportamento do usuário. Trata-se, decerto, de um fator subjetivo, imponderável, mas que poderá oferecer para o bibliotecário um meio para compreensão do usuário individual. Para avistar a essencialidade e a unicidade do ser humano, não bastam tabelas e gráficos estatísticos. Para ter esta compreensão é necessário ter uma atitude filosófica. (5:9-11) mostra que o homem não é uma coisa entre coisas, ou formado por coisas, não é simplesmente **ele** ou **ela**, limitado por outros eles ou elas, um ponto inscrito na rede do universo de espaço e tempo, **ele** e **tu**. A filosofia do Buber ajuda a termos uma **relação dialogal** com o outro. Não ver o usuário como algo **coisificado**. A espiritualidade do ser tem que ser tomada em consideração, além do estágio material e estético da existência do homem.

Esta consideração é, obviamente, pensada no nível teórico, e traduzi-la em prática depende tanto da personalidade do bibliotecário como de sua visão do mundo e, especialmente, do conceito que ele tem do ser humano. Convém lembrar que até o conceito de Biblioteconomia depende do conceito que se faz do sujeito da Biblioteconomia, que é o homem.

Compreende-se, também, que essa relação dialogal somente tem sentido quando a parte técnica já está resolvida, quando o sistema de comunicação, transferência do conhecimento registrado, está operando com efetividade.

4.2. Liberdade do leitor

A biblioteca, por intermédio da ação do bibliotecário, deveria propiciar ao usuário o exercício da sua liberdade individual, sua livre escolha dos registros bibliográficos, dentro do possível universo bibliográfico e documental, tanto por meios internos como externos da biblioteca.

Para propiciar esta possibilidade de opções, faz-se necessária uma prévia e completa explicação sobre os mecanismos e linguagem que a biblioteca utiliza para recuperar a informação.

Por assegurar a livre escolha, surgem condições favoráveis para o leitor buscar a sua verdade, elaborando-a ou perseguindo-a continuamente. A busca pessoal desta verdade pode representar para um leitor um dos motivos íntimos, que nem sempre confessa. Evidentemente, não se trata de verdades científicas, mas de verdades que esclarecem o sentido da vida e situam o indivíduo no mundo. Defendendo a posição de livre escolha não quer dizer uma leitura desinformada, desordenada ou desorientada.

A própria disposição física dos livros e documentos e da representação dos mesmos (catálogos, índices, bibliografias, resumos) demonstra a atitude biblioteconômica, que favorece a referida busca.

A liberdade individual do usuário foi defendida, com especial empenho, pelo bibliotecário britânico Broadfield, no seu livro **Philosophy of Librarianship**, publicado em 1949, portanto, após a Segunda Guerra Mundial. Broadfield, na análise de Mueller (19:26), considerava a liberdade do pensamento, como razão principal para se conservarem livros e haver bibliotecas, chegando até a questionar a idéia de pessoas serem tratadas como cidadãos para salvá-las da tutela do Estado. A ênfase dada ao valor da liberdade individual entende-se naquele momento histórico, quando a Europa emergia das incompreensíveis violências contra a dignidade e liberdade do homem. Hoje em dia, outras formas de violências, pressões e opressões assaltam os indivíduos.

A idéia preconizada por Broadfield naturalmente sofreu críticas: Benge (2) caracterizou a atitude do seu colega como a de "missionário secular", próprio aos mo-

vimentos liberais e progressistas do Século XIX, que consistia em difundir a iluminação do conhecimento e da cultura a todos.

4.3. Bibliotecário como guardião da liberdade individual

Apesar dos problemas políticos e da assim chamada cultura de massa, a biblioteca, através da postura do bibliotecário, não deveria tomar outro partido a não ser garantir a liberdade individual do pensamento do leitor. Ainda que a escala de valores, hoje, seja objeto de contestações e até de ações deliberadas de destruí-la, os valores como liberdade, livre escolha e a busca da verdade não deveriam desaparecer. Penso que o bibliotecário de hoje pode integralizar esses valores na sua atitude profissional. Deste modo, a sua postura seria antinômica frente à massificação do indivíduo.

Foskett (13), com sua sentença "O credo do bibliotecário: ser apolítico, a-religioso, amoral", evidentemente quer provocar uma discussão a respeito da neutralidade do bibliotecário, sugerindo que o bibliotecário deve ter uma simpatia imaginativa que o capacite para se colocar no papel de um leitor e ignorar seus próprios preconceitos, atitudes, opiniões e crenças.

A neutralidade do bibliotecário, entretanto, não significa algo passivo, moralmente amorfo e desprovido de valores em relação da educação, formação e realização do indivíduo, mas sim uma postura profissional que garante a liberdade do pensamento de outrem.

5. ATIVIDADES CULTURAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA

5.1. Denominações correntes

Convencionou-se denominar as atividades culturais de acordo com seus níveis e natureza dos seus conteúdos de ação cultural, animação cultural e divulgação cultural. Ao lado dessas atividades, incluem-se também as dirigidas ao lazer.

Convém distinguir-se ação cultural de informação cultural. Esta meramente divulga os acontecimentos, eventos culturais, notícias e informações, e a outra caracteriza-se por conteúdos de natureza cultural.

Além disto, algumas atividades estão impostas pelas circunstâncias e fogem dos propósitos bibliotecários, pois em geral as bibliotecárias são chamadas, no interior do Estado de São Paulo, até para organizar festas comunitárias e familiares.

Embora o serviço de informação utilitária e de utilidade pública não esteja dentro das organizações deste trabalho, há que se considerar que se estas informações são tomadas como essenciais para a qualidade da vida dos indivíduos e da sociedade, estariam relacionadas com as atividades culturais em geral da biblioteca.

5.2. Bibliotecário e o ambiente cultural

Partindo da afirmação de Bengé (2), de que as atividades profissionais repousam na interpretação pessoal do bibliotecário sobre a natureza da cultura moderna, ressalta-se o posicionamento do bibliotecário perante a dinâmica dos processos culturais. O conhecimento bibliográfico, nominal, conceitual, representa só uma faceta deste posicionamento. Por outro lado, sendo o fenômeno cultural estudado/abordado por disciplinas como Antropologia, Sociologia, Psicologia, Filosofia, e classificado em seus níveis material e espiritual, um conhecimento acadêmico careceria de especificação. O bibliotecário precisa ter uma vivência cultural e uma visão generalista, a fim de que possa, através dos meios que a biblioteca oferece, colaborar na formação cultural do usuário.

Além desta vivência pessoal do bibliotecário frente à cultura contemporânea, ou "cultura de mosaico", no dizer de Moles (18), teria que se defrontar com a contra-cultura, além da própria. Faz-se necessário discutir, em geral, entre uma expressão da arte e um fenômeno da produção da cultura de massa, proveniente da indústria cultural. Através da sua avaliação, no campo da arte, sua imparcialidade deveria se manifestar, independente das influências, imposições ou pressões externas, sejam elas de ordem política, de *marketing* cultural ou até das opiniões de um Conselho Municipal de Biblioteca.

A própria discussão, tão freqüente em nossos dias, sobre a cultura popular e a cultura erudita, teria que ser examinada sem favoritismos, evitando-se exaltar um nível de cultura em detrimento de outro. Não é só o que o público pede, mas também o que precisa conhecer, que se deve tomar em consideração.

A opção populista privaria o povo do acesso aos bens culturais, e manifesta, em nossos dias, a carência da arte na vida das pessoas. Existe uma mentalidade de que a arte é algo acessório, especialmente a arte que por, definição, não visa algo materialmente útil, a não ser criar estados de espírito, no receptor, por meio de suas várias formas. A arte, entretanto, deveria ser entendida como algo essencial para o homem, para a sociedade. "A arte não é uma dádiva para uma elite, mas para o homem verdadeiro; se ela é de fato para uma elite, é porque entre os homens é uma elite o que não é animal." (10:81)

Além da carência da arte na vida da maioria das pessoas, o problema se agrava pelas manifestações patológicas da arte, como, por exemplo, em certos setores das artes plásticas ou na ênfase da decadência nas produções teatrais. A produção literária, a literatura, é também atingida, ora pela falta de valores, ora pela recusa de valores na nossa civilização ocidental.

Blanchot (11:89) apontou, há tempo, que a escritura tudo põe "em causa, e antes de mais a idéia de Deus, do Eu, do Sujeito, e em seguida, da Verdade e do Uno, e, depois, a idéia de livro e da obra." E o romancista e pensador português Vergílio Fer-

reira, desenvolvendo esse diagnóstico, diz que quando a "hipótese de Deus" se reconhece "prescindível" é justamente a pulverização e a exterioridade que imediatamente caracterizam o pensamento moderno. E o referido autor termina o seu ensaio com este veredito: "Vinte séculos de cultura se desmoronam à nossa vista (...). De tudo que vai ruindo à nossa volta, um valor – uma realidade – permanece como ponto de partida para uma reorganização. Este valor obviamente é o homem." (11:109)

Se o bibliotecário tiver esta visão do mundo, em que a pessoa humana ainda representa o valor básico, e se a sua compreensão e discernimento dos fenômenos culturais e artísticos forem apoiados na vivência dos mesmos, então esse profissional, além de preservar os bens culturais, estaria apto também para popularizá-los.

5.3. Ação cultural

Para especificar a ação cultural em bibliotecas, a posição de Flusser é deveras pertinente. No que diz respeito ao delineio das diretrizes, o referido autor distingue a concepção da cultura como "o conjunto de objetos, obras, coisas feitas pelo homem, ou então como sendo a sua visão do mundo, conjunto de suas práticas sociais ou individuais." (12:169), lembrando que a cultura, neste último sentido, não é mais objeto, mas representação. "Para o propósito de ação cultural, as duas posições diante da cultura – acervo e contexto – devem ser consideradas, pois a ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo, inseridas em contexto cultural bem definido." (12:170)

Flusser sugere uma biblioteca do tipo ação cultural, ou seja, uma biblioteca que participe do processo de dar a palavra ao não-público. A expressão **dar a palavra ao não-público**, em termos biblioteconômicos, poderia se aplicar a uma atividade de intermediar os bens culturais de tal modo que os usuários reais e em potencial pudessem usufruí-los e se expressar por meio deles.

5.4. Encontros com os escritores

O propósito desses encontros é colocar os escritores frente às pessoas interessadas na literatura e questões intelectuais, em geral. Recebem diversas denominações, de acordo com as entidades que os programam, sejam secretarias de cultura, departamentos de cultura, universidades, bibliotecas ou outros organismos.

O objetivo é claro: revelar o trabalho dos autores brasileiros, dar oportunidade para questionar e esclarecer dúvidas, e até satisfazer curiosidades. O interesse é mútuo: o escritor pode captar o resultado da recepção e interpretação dos seus textos e o leitor pode comprar a leitura que fez dos textos com as intenções do autor. É, sem dúvida, uma forma mais popular de comunicação entre o autor e o leitor, um entendimento sem a barreira da crítica literária e da terminologia acadêmica. Entende-se que nem todo escritor tem vocação para esta forma de atividade (alguns até a hostilizam), preferindo a comunicação texto-leitor.

O ponto importante, nesses encontros, é que a literatura e a leitura se põem em relevo, embora se observe que os objetivos são facilmente desvirtuados, tanto pela clientela quanto pelos próprios palestrantes, orientados para fins de política partidária.

Paralelamente, a biblioteca pode promover os **encontros** com os textos, expondo e discutindo a literatura brasileira e a literatura universal.

Nesses eventos, o bibliotecário dá a sua parcela de cooperação no sentido de divulgação do evento, da concessão do espaço físico da biblioteca, da exposição dos títulos dos conferencistas e da matéria publicada nos jornais e revistas a respeito.

A fim de averiguar os resultados desses eventos, as bibliotecas podem manter estatísticas da frequência, da circulação de determinados títulos, e até documentar o conteúdo das reuniões, que são indicadores externos, mas úteis para fins administrativos e de planejamento.

Os resultados da participação nesses encontros, na vida do leitor, não podem ser tão facilmente detectados, pois se trata de algo subjetivo e germinativo. Os resultados se incorporarão na sua formação intelectual e se revelarão mais na sua convivência social. A pessoa, após motivada a ler, entrará em monólogo com o texto escolhido, que pode resultar com o diálogo com o próprio texto e depois com o mundo.

5.5. Outras atividades

São inúmeras as possibilidades de programação das atividades culturais (como ocupacionais e de lazer) na biblioteca. Enumerando-as sumariamente, constariam de exposições de livros, documentos, mapas, estampas e similares; realização de exposições de artes plásticas, pintura, escultura, de arte popular e de artesanato, folclore; programações de audição de música, de vários níveis e por vários meios; projeções cinematográficas, de vídeos; realização de oficinas de trabalho, laboratórios de leitura, de redação, e assim por diante.

¶ O bibliotecário, nesses casos, seria também um intermediário, por receber recursos, colaboração e materiais externos, mas isto não o eximiria da sua participação, do seu envolvimento, no sentido, pelo menos, de formular claramente a temática desses trabalhos e relacioná-la com outras formas. O bibliotecário, além de canalizar essas atividades para os fins da biblioteca, precisaria ser também o intérprete e o divulgador das mesmas.

5.6. A Problemática das atividades culturais

A problemática dessas atividades reside na sua especificidade, limites e competências da biblioteca. A especificidade se refere àquelas ações culturais que catalizam as atividades para a leitura, para o desenvolvimento cultural, tanto do indivíduo como da sociedade, dentro dos objetivos da biblioteca. Os limites da programação da

biblioteca são determinados pela sua competência para desenvolvê-las, i. e., a biblioteca não tem necessidade de rivalizar com outras instituições e promotores de educação e artes.

Na execução dessas atividades devem-se também considerar as ingerências de caráter político e administrativo das secretarias de cultura, centros culturais e de outras procedências.

Nas atividades supra-esboçadas, a preocupação de como dar a palavra ao público e ao não-público há de ser dominante, pois o usuário precisa descobrir algum significado, alguma relação daquilo que lê, vê e ouve e faz na biblioteca com a sua própria pessoa, algo que diga respeito. Poder-se-iam aplicar, neste contexto, os dois princípios de Ranganathan, extrapolando-os para todas as atividades da biblioteca: "a cada leitor, seu livro; a cada livro, seu leitor." (20)

Na programação das atividades culturais da biblioteca, geralmente o público infante-juvenil e os jovens são beneficiados. Os usuários da terceira idade, por exemplo, que na sua maioria representam usuários em potencial, raramente são tomados em consideração (a não ser nos projetos de recuperação e registro da memória local). Reservar para eles a leitura de jornais e trabalhos manuais significa limitá-los sobremaneira. Esta marginalização denota também a mentalidade da sociedade com seus valores predominantes.

6. CONCLUSÕES

Como resultado desta reflexão serão destacadas as idéias evidenciando relações entre leitura, leitor, usuário, biblioteca, cultura, valores e mentalidade da sociedade contemporânea.

A leitura, como um valor na vida de um indivíduo, é um valor teoricamente estabelecido, mas ao mesmo tempo negado pelas manifestações da mentalidade predominante, representando a dicotomia **valor real versus valor manifesto**.

O leitor está colocado no mundo de crise e conflito de valores e o ato de ler pode significar também **sofrer com** o estado da nossa cultura e da condição do homem. O grande contingente de leitores opta pela leitura fácil de livros **digestivos** pela literatura marginalizada ou marginal, esquivando-se de uma leitura de maior complexidade na decodificação da mensagem literária.

Ler, entretanto, pode significar também um ato de vontade. A pergunta **por que ler?** pode ser respondida **por que viver?**

A diferenciação entre a leitura de um texto funcional e de um texto literário é fundamental para fins de estabelecimento de valores. A leitura funcional é valorizada, e a leitura literária ainda é encarada com desconfiança na nossa sociedade.

Importa recuperar o sentido de ler e o valor intrínseco da leitura, na nossa cultura; sem isto, programas de ação implantados nas bibliotecas públicas permaneceriam inócuos.

A relação dialogal entre usuário e biblioteca evitaria a **coisificação** do usuário e a despersonalização do bibliotecário.

O usuário necessita ter maior autonomia no espaço da biblioteca e no uso do seu sistema, a fim de poder exercer a sua individualidade e criatividade.

As pesquisas sobre usuários de bibliotecas poderiam incluir, além da concretude do usuário, também a sua espiritualidade.

A leitura literária, enfatizada pela biblioteca pública, é um antídoto contra a massificação do indivíduo na nossa sociedade mercantilista e consumista.

A biblioteca pública, pela sua potencialidade, tem condições de colaborar na construção tanto da cultura de um indivíduo como da sociedade, e de influir na opinião pública quanto aos valores culturais.

Posto em forma de um axioma, a ação cultural da biblioteca é definida pelo conteúdo cultural das suas atividades e é circunscrita aos limites da sua competência. As atividades culturais promovidas pela biblioteca, sobretudo para a leitura e para o usufruto dos bens culturais.

A biblioteca não precisaria trabalhar somente fazendo concessões populistas, mas propiciar meios para alargar os horizontes culturais do usuário, oferecendo aquilo que ainda é desconhecido do público.

A discussão sobre a cultura popular e cultura erudita terá que ser examinada sem favoritismos, evitando-se privilegiar este ou aquele nível.

A promoção das atividades culturais supõe o posicionamento do bibliotecário frente à cultura, de acordo com a sua visão do mundo. Este posicionamento é uma condição *sine qua non* para que ele desenvolva as atividades culturais.

Dentro da crise de valores no mundo de hoje, o bibliotecário não pode olvidar o valor da pessoa humana que representa o **sujeito** da Biblioteconomia.

Os valores como liberdade, livre escolha, busca da verdade, como também, valores de uma obra literária e outros, não têm donos, pois são inerentes à humanidade e podem ser mantidos em todos os espaços e em todas as atividades da biblioteca pública.

Aos intelectuais brasileiros, sendo eles também mentores do povo, caberia uma parcela de responsabilidade quanto à mudança da mentalidade em relação ao livro, à leitura e à biblioteca.

A posição de neutralidade do bibliotecário não significa passividade nem amorfia moral, nem ausência de valores, mas sim, uma postura profissional que garante a livre expressão do usuário (respeitando a liberdade de outrem!), não obstante os problemas políticos e culturais no mundo de hoje.

Os estudos da biblioteca pública, se efetuados a partir da mentalidade da sociedade brasileira contemporânea, ou das mentalidades de todos os segmentos desta sociedade, situariam melhor a biblioteca pública na escala de valores.

Artigo recebido em 30.09.87

Abstract:

Reading and cultural activities in the public library: theoretical aspects

Reflection concerning the phenomenon of reading, fruition reading in special, and cultural activities promoted by Public Library in Brazil. Based on confluence of ideas and statements recorded on bibliographic issues as well as on informal observation, involves questioning about instrumentality, potentiality and possibilities, of the Public Library, as an institution. Inquires, also, about position of the librarian in society as an intermedator of cultural resources. It intends to give a contribution to the study of mentality regarding the acts of reading and the library, and to discuss the value of reading, personnel liberty and expression of the library users. Furthermore, this work considers the crises of moral values in contemporary society and indicates the obstacles, due to predominant mentality, which impede realization of the Public Library aims.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, C.D. de. Uma visão nova das bibliotecas municipais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 julho 1984. p. 8.
2. BERGE, R.C. **Libraries and cultural change**. London, Clive Bingley, 1970.
3. BLANCHOT, M, apud FERREIRA, V. **Espaço do invisível – II. Ensaios**. Lisboa, Arcádia, 1976. p. 89; 109.
4. BROADFIELD, A. **A philosophy of librarianship**. London, Grafton, 1949.
5. BUBER, M. **Eu e Tu**. Trad. Newtoun A. von Zuben. 2 ed. rev. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. p. 9-11.
6. (COMENIUS. J. A.) **POHREBNÍ Kaple Jana Amose Komenského v Naardenu...** Praha, Ministerství Školství a Národní Osvěty, 1937. p. 5.
7. ESCARPIT, R. **Sociologia de literatura**. Lisboa, Arcádia, 1969. p. 166

8. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS. Seção de Bibliotecas Públicas. **Normas para bibliotecas públicas**. Trad. A.A. Briquet de Lemos. São Paulo, Quiron; Brasília, INL, 1976. p. 1.
9. FERREIRA, Ansiedade/Angústia e a cultura moderna. **Colóquio/Letras**, Lisboa (63): 5-10, set. 1981.
10. _____ . **Carta ao futuro**. Ensaio. 2 ed. Lisboa, Portugalia, 1966. p. 81.
11. _____ . **Espaço do invisível – II**. Ensaios. Lisboa, Arcádia, 1976. p. 89, 109.
12. FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11. João Pessoa, 1982. **Anais ... 1982**. v. 2. p. 170.
13. POSKETT, D.J., apud BENGÉ, C. op. cit. ,
14. FREIRE, P. **A importância do ato de ler**, em três artigos que se completam. 11 ed. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1985. p. 11.
15. LIMA, L. de. O. O livro como instrumento civilizatório. **RBB** 5 (2):579 – jul./dez. 1977.
16. MELO, J.M. de. A batalha pela democratização da leitura. Petrópolis, **Vozes**, 76 (9):20-30, nov. 1982.
17. MIRANDA, A. **Estrutura de informações e análise conjuntural**. Brasília, Thesaurus, 1980. p. 51.
18. MOLES, A. apud CASSIM, M.B. A informação e a evolução dos Centros de Informação a serviço de mudanças culturais. **C. Inf.**, Brasília, 11(1): 61-7, 1982.
19. MUELLER, S.P.M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 13 (1): 7-54, mar. 1984.
20. RANGANATHAN, S.R. **The five laws of library science**. 2 ed. Bombay, 1963.
21. SILVA, E.T. da. **O ato de ler**, fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1981. p. 45, 42.
22. THOMSON, J. **Library power; a new philosophy of librarianship**. London, Clive Bingley; Linnet Books, 1974.
23. WERSING, G. & NEVELING, U. – comp. **Terminology of documentation**. Paris, UNESCO, 1975.